

A Formação Profissional nos Cursos Técnicos Subsequentes: o caso do Curso Técnico Subsequente de Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho

Naísa Márcia de Oliveira Viana¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Muzambinho, Muzambinho, MG, nviana@eafmuz.gov.br

Introdução

A formação profissional brasileira de nível médio sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo distinção entre aqueles que deteriam o saber cursando ensino básico, secundário propedêutico e superior, sendo preparados para cargos de dirigentes ou intelectuais, e os filhos de trabalhadores que cursariam ensino básico e profissional, preparados para as atividades instrumentais, num claro reflexo da estrutura capitalista de sociedade. A divisão do trabalho, oriunda do desenvolvimento industrial, exigiu funções de comando e vigilância que passariam a ser cumpridas por uma classe de trabalhadores assalariados mais qualificados. Surgia um perfil novo de trabalhador: o técnico.

Este estudo aborda o curso técnico de nível médio subsequente (para jovens e adultos que já tenham o Ensino Médio) dentro do panorama atual brasileiro de expansão dos cursos técnicos profissionalizantes. Analisa as políticas públicas que levaram à sua implantação nas últimas décadas, refletindo sobre o modo como estas políticas se construíram e o que oferecem ao estudante. Considera que a escola precisa identificar as causas que levam o jovem à interrupção educacional e oferecer-lhe a proteção social a que tem direito, permitindo que ele exerça sua cidadania por meio de uma formação profissional de qualidade, com possibilidades de prosseguir nos estudos e no trabalho.

Neste contexto, o projeto teve por objetivo investigar o contexto político e social do desenvolvimento da educação profissional no Brasil, nas suas diversas fases, relacionando-o com a formulação das políticas sociais, os atores e interesses envolvidos e suas implicações no curso profissional subsequente. Analisou também a formação profissional no curso presencial técnico subsequente de agropecuária do Campus Muzambinho, através da percepção de seus alunos, compreendendo o perfil dos mesmos, identificando como o curso se desenvolve, seus pontos positivos e negativos e as implicações desta profissionalização em suas vidas.

Material e Métodos

A pesquisa configurou-se como um estudo de caso que procurou reconstituir o quadro histórico no qual se desenvolveu a política pública estatal que levou à oferta dos cursos técnicos subsequentes. Procurou também desvendar como o curso técnico subsequente em agropecuária se representa no IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, analisando seus efeitos e atuação dos diferentes agentes sociais envolvidos, segundo o parecer de seus alunos. Através de pesquisa com questionário de abordagem qualitativa e quantitativa, procurou-se estabelecer o perfil do técnico subsequente. A revisão bibliográfica se pautou nas políticas públicas que levaram à sua implantação e na reflexão sobre as relações de educação e trabalho, mostrando como estas políticas se construíram acompanhando a economia e reproduzindo desigualdades. A escolha do estudo de caso como estratégia de pesquisa se justificou pelo desejo de compreender um evento que é contemporâneo, de vida real, que se constitui como um fenômeno social complexo. O estudo de caso e a observação participante utilizados permitiram responder as questões propostas: que tipo de aluno tem procurado o subsequente? Como foi a trajetória dele até aqui? Este aluno não veio fazer o integrado aqui na escola por quê? Quais foram os resultados alcançados? Como o aluno vê o curso?

A pesquisa foi realizada com três diferentes linhas de ações e atores. Primeiramente, através da revisão bibliográfica sobre o ensino profissional ocorreu um esforço de contextualização e problematização teórica das relações envolvidas com o tema, o que resultou no primeiro capítulo da dissertação. A abordagem aos professores e técnicos responsáveis pelas atividades práticas de setores, ocorreu através de pesquisa diagnóstica, com entrevista semiestruturada, com o objetivo de conhecer como esses profissionais avaliam o curso subsequente, levantar os principais pontos a serem investigados com os alunos e construir os questionários. Estas entrevistas foram gravadas e depois transcritas e analisadas. O levantamento de dados junto aos alunos aconteceu através de questionário com questões de múltipla escolha e também com pontuais questionamentos abertos. A proposta foi a de atingir um número maior de alunos e possibilitar uma amostragem que representasse e caracterizasse a população dos alunos que procuram pelo curso. Nesta etapa, o trabalho foi desenvolvido em duas vertentes: uma com os alunos que estavam se formando em julho de 2012, no curso de agropecuária do Instituto e outra que procurou atingir alunos egressos desse curso. Os questionários, com questões fechadas e abertas, permitiram levantar dados sobre os alunos, sobre suas trajetórias de educação, experiências de trabalho e suas impressões sobre o curso.

O capítulo I - A Construção Histórica, Política e Social da Educação Profissional no Brasil – analisou o surgimento do ensino profissional e sua institucionalização dentro do

sistema escolar, uma vez que o ensino de profissões nem sempre aconteceu dentro de uma escola formal. Refletiu também sobre a organização dualista da escola diante da expansão do capitalismo e as lutas sociais para superar essa dualidade, desde os seus primórdios até a atualidade. O capítulo II – Políticas Públicas, Educação e Trabalho – analisou o aluno subsequente como um sujeito social com direitos que devem ser protegidos pelo Estado e as relações entre as políticas sociais, os direitos à participação, à educação e ao trabalho. Discutiu a organização social do trabalho, as tendências atuais de escola unitária e do trabalho como princípio educativo. Analisou ainda as contradições que atravessam a formação profissional do jovem, com base nos estudos de pesquisadores brasileiros da educação profissional e de Pierre Bourdieu quando afirma que a escola muitas vezes reforça as desigualdades ao invés de se organizar e lutar por conseguir justiça social. O capítulo III – A acolhida do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária pelos seus alunos analisou os resultados do curso no campus, segundo a perspectiva e visão participante de seus alunos, levantando dados e considerações que possibilitam subsidiar mudanças, melhorias e avanços.

Resultados e Discussão

O acesso dos jovens ao ensino médio ou ao ensino técnico não foi ainda universalizado no Brasil. Mesmo que esse objetivo esteja no horizonte das políticas públicas nacionais mais atuais para a educação, a abertura de oportunidade de acesso à educação que se tem presenciado representa ainda quantidade, e não é garantia de plena realização das aptidões e interesses do aluno que consegue vaga. Os dados do último censo escolar mostram que a educação profissional já beneficia mais de um milhão e trezentas mil pessoas no país (INEP/MEC, 2011). O aumento da oferta (ainda insuficiente) não veio acompanhado de estudos e indicadores que possam subsidiar as escolas na elaboração mais adequada de seus currículos e no conhecimento do sujeito que a procura, o que acaba por distanciar a escola da realidade, causar contradições e decepção por parte dos professores, alunos, pais e sociedade. Muitos desses alunos, quando não abandonam o curso, saem despreparados profissionalmente. Diante disso, as discussões em educação acabam levando às desigualdades escolares e as correlações identificadas entre a origem social dos alunos e suas respectivas trajetórias de sucesso ou de fracasso escolar. São poucos os estudos sobre a evasão escolar na educação de nível médio e, particularmente, na educação técnica no país. As causas que levam o aluno a desistir da escola são múltiplas, abordam não somente repetência, mas abandono da escola por necessidade de trabalhar, frustração em relação ao curso, falta de expectativa de cursar um nível superior de ensino e de conseguir um emprego dignamente

remunerado. A falta de democratização do acesso à educação, bem como a falta de pesquisas sobre questões relacionadas à permanência dos jovens no ensino técnico, reforçam as inúmeras desigualdades às quais os jovens e adultos pobres deste país estão expostos.

É neste contexto que se insere o aluno subsequente dos cursos técnicos de nível médio. A implantação dos cursos técnicos subsequentes, como uma das possibilidades de se obter uma formação profissional técnica de nível médio no Brasil, ocorreu com o decreto nº 2.208/1997 do Conselho Nacional de Educação e permite que o jovem ou adulto, tendo já concluído o ensino médio, volte a uma instituição de ensino profissional para se habilitar como profissional técnico. O aluno subsequente apresenta, na instituição de ensino, uma maturidade que não parece vir apenas da idade. O grupo é mais coeso, mais atento, mais ávido de aprender, mais solidário e mais sofrido. Enquanto o aluno de Ensino técnico concomitante (paralelo ao Ensino Médio) na maioria das vezes é um adolescente, trata-se aqui de um jovem ou adulto. Os dados do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007) nos mostram um pouco deste quadro, no qual, dos jovens entre 18 e 24 anos de idade, apenas 30,9% informaram que frequentavam escola ou universidade. Nesta faixa etária, pelos critérios de adequação idade/nível de ensino, esses jovens deveriam estar cursando a universidade. No entanto, 57,6% estavam cursando o ensino fundamental, médio ou outros, entre eles pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos. E quando são analisados os poucos dados disponíveis com relação à renda/região/gênero/raça, os resultados repetem as desigualdades às quais estamos habituados no Brasil. É amarga a experiência que muitos trazem de ter trabalhado ainda jovens, sem qualificação e com salários muito baixos. E muitos desses alunos ainda se encontram em situação que demanda uma intervenção estatal, quer seja por causa da pobreza, da violência, do desemprego, da ociosidade, da dependência química, do analfabetismo, da evasão ou outras mazelas sociais. No auge da crise econômica de 2009, segundo o IBGE, os que mais sofreram foram os trabalhadores na faixa etária entre 16 e 24 anos. Além disso, falar de jovens representa falar de um grupo bastante heterogêneo, que apresentam múltiplas particularidades e necessidades que lhe são de direito, entre elas a Educação. A crescente procura por essa modalidade de estudo por parte desses alunos que, teoricamente, já poderiam pleitear uma formação de nível superior, mostra a necessidade de desvendar quem é o aluno subsequente e como tem se construído o universo de políticas educacionais na área profissional pelo Estado brasileiro, suas intencionalidades, suas relações com a formação/profissionalização e como elas interferem na organização curricular.

No Fórum Mundial de Educação Profissional realizado em maio último, a professora doutora Rosa Nunes, referindo-se aos institutos federais, afirmou que eles atendem às elites e

que “não os escolhe quem quer, mas os que podem” (Fórum Mundial de Educação, 29/05/2012). A política dos cursos subsequentes como as dos demais cursos profissionalizantes no Brasil, por tudo que foi analisado nos capítulos dois e três, é uma política que atende às pessoas no sentido de lhes oferecer empregabilidade. Muito reduzida às funções operacionais, atende aos comportamentos e competências exigidas pelas empresas. Na forma como estão organizadas as diretrizes da educação profissional, elas preparam para o trabalho sem que o jovem seja despertado para as condições sociais da sua realidade. De certa forma, todos os envolvidos no processo se distanciam de ações que possam despertar atitudes e valores de vida, que mostrem ao jovem o trabalho dentro de um contexto maior, além da sua individualidade. Desta maneira, o aluno é preparado para sair dali e arrumar um emprego, independentemente se isso vai lhe proporcionar qualidade de vida ou não. E, desta forma, considera-se cumprida a tarefa da escola. A preocupação do Estado com a inserção social e econômica do jovem supera a vontade de oferecer uma formação ampla e emancipatória. Somente com clareza do que é proposto às escolas pelo Estado, será possível compreender se há proximidade dessas políticas com as expectativas que o aluno traz quando volta às nossas instituições de ensino após passar por uma experiência de desemprego, ou emprego informal e mal remunerado, que não lhe possibilitou seguir seus estudos e se posicionar como um profissional.

É preciso esforços de todos os envolvidos no processo para que a oportunidade de voltar aos estudos não represente para o jovem uma nova frustração, mas resgate de cidadania pela consciência e defesa de seus direitos. A volta à Escola deve ser mais que simples transição para o trabalho, deve oportunizar qualidade de vida e acesso ao ensino superior. Cabe ao Estado garantir *proteção social* a esse o aluno, através de intervenções ou políticas públicas que busquem reduzir vulnerabilidades e garantir direitos. Diante disso, as discussões sobre educação, trabalho e profissão permeiam sobre as trajetórias do aluno, seu sucesso ou fracasso escolar, o que faz lembrar Bourdieu quando explica que a Escola, como está, acaba por conservar e legitimar os valores que fundamentam a ordem social vigente, consagrando desigualdades

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. (BOURDIEU, 1998, p. 58)

Conclusões

Os dados levantados demonstram que a avaliação do curso técnico presencial subsequente em agropecuária foi respondida através dos pesquisados que, não só responderam que o fariam novamente, mas ainda teceram comentários, mesmo com críticas, muito favoráveis à experiência que vivenciaram. Eles conseguem ver no subsequente a oportunidade que estava faltando para poder recomeçar a vida profissional com mais segurança, poder ganhar melhor e talvez fazer um curso superior. Embora bem e correspondendo aos anseios dos jovens, que por diferentes motivos (muitos apontaram reprovações e necessidade de trabalhar) tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas, é um curso que atende ao jovem de classe média, na sua maioria. Mas existe um grupo muito mais prejudicado socialmente no país que não está chegando ao instituto e, se chega, despreparado, continua sendo excluído pelo abandono escolar ou reprovação, porque a escola não está organizada para corrigir todas as suas falhas educacionais.

Com relação ao suporte que o curso subsequente poderia oferecer no sentido de permitir que o aluno siga em frente nos estudos e tenha acesso ao ensino superior, o presente trabalho demonstrou que isso tem acontecido em parte. A criação de cursos superiores e tecnólogos nos institutos facilita a permanência do aluno e desperta o seu interesse pelos mesmos, embora ele não consiga concorrer com igualdade de condições com os alunos do curso integrado. Alguns conseguem garantir a sua vaga, e isto é bom. O fato do curso levá-los ao ensino superior ou não, não os decepciona, porque não corresponde às principais expectativas que trazem. É preciso lembrar que os Institutos Federais já tinham boa infraestrutura e bons professores, como aparece na fala dos próprios alunos, o que tem ajudado muito neste processo de expansão. Na verdade, as dificuldades apontadas por eles indicam um quadro de uma escola que cresceu muito e não consegue, pelo menos por enquanto, responder a todas as suas necessidades. Por outro lado, fica a dúvida se, passada esta fase de crescimento e vagas, ocorrerá por parte do Estado uma efetiva busca por qualidade, que envolva valorização da educação no país, valorização do profissional da educação, políticas educacionais não pontuais e assistencialistas, mas com currículos integrados de trabalho com formação humanística, tecnológica e cultural.

Finalizando, o curso técnico subsequente é uma oportunidade muito promissora no sentido de poder resgatar um papel social frente às desigualdades educacionais do país. Os Institutos Federais têm um papel a cumprir em relação a muitos que não conseguem atingi-los e também com os que ali estão, no sentido de participar e lutar por uma escola profissional que ofereça as mesmas condições educacionais para todos os jovens, independentemente de

suas condições sociais. E o curso subsequente, oferecido com qualidade, pode significar este resgate. Além disso, a organização curricular deve permitir que o aluno tenha pleno conhecimento de seus direitos frente à sociedade, com relação à sua formação e posicionamento nas relações de trabalho. Desta forma, a instituição escolar tem que manter certa neutralidade e independência em relação ao mercado de trabalho se não quiser ser apenas reprodutora de desigualdades.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, ao Campus Muzambinho, à Universidade Federal Fluminense (UFF) e à CAPES, agência de fomento deste trabalho, pelos recursos concedidos.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação*. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 39-64.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Resultados do Censo Educacional do Brasil 2011*. Brasília: INEP/MEC, 2011.